

A PESQUISA CIENTÍFICA EM ANDAMENTO*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis

Professora Livre Docente do Departamento de Educação do Instituto de
Biotecnologia da UNESP-Botucatu.

Resumo: Este texto apresenta duas importantes contribuições para a realização de pesquisas científicas em educação: o processo de pesquisa e as normas para apresentação de trabalhos científicos. Iniciamos com uma breve reflexão acerca da importância e, principalmente, dos limites da metodologia de pesquisa para, a seguir, detalhar o processo de pesquisa com objetivo de auxiliar o pesquisador iniciante no planejamento das atividades de pesquisa segundo suas grandes etapas: revisão bibliográfica; coleta de dados; análise dos dados; redação final do estudo. Além disso, como contribuição de natureza ainda mais técnica, o texto apresenta as normas para redação de trabalhos científicos que vai da apresentação geral dos trabalhos às normas de citações de autores e referências bibliográficas. São informações técnicas muito importantes para a apresentação dos trabalhos científicos, normas resultantes de acordos internacionais da comunidade científica que o pesquisador iniciante poderá conhecer, inclusive pelos exemplos disponibilizados no texto.

Palavras chaves: Processo de Pesquisa, Atividades de Pesquisa, Normas para Trabalhos Científicos.

1. INTRODUÇÃO

A iniciação à pesquisa, que tem no estudo monográfico sua expressão operacional nos cursos de graduação, exige de todos aqueles que procuram conhecer uma situação nova uma preocupação metodológica legítima e necessária com o método. A única forma de aprender a fazer pesquisa é pesquisando, portanto, a metodologia para os pesquisadores iniciantes toma importância pedagógica, isto é, o pesquisador iniciante, além de investigar, precisa também aprender a metodologia de pesquisa como instrumento de investigação acadêmico-científica.

Esses conhecimentos metodológicos, porém, só têm sentido se forem tomados como caminhos mais seguros e facilitadores, orientadores da ação investigativa dos alunos de graduação, pois o processo de conhecimento é que cria o próprio método de conhecer. Isso significa dizer que, embora o estudo da metodologia da pesquisa em educação seja importante para a incorporação da dimensão investigativa na formação dos professores, esse estudo só terá sentido se tomado, não como um receituário de ações investigativas, mas como orientador da prática da pesquisa.

Dessa forma, tão importante quanto a reflexão mais teórica do conceito de pesquisa e da tendência hegemônica da pesquisa qualitativa como referencial para a pesquisa em educa-

ção, o estudo dos aspectos mais práticos, metodológicos e operacionais da pesquisa constitui-se em conteúdos para a formação teórico-prática dos pesquisadores iniciantes. Isto é, além de estudarmos a pesquisa como forma de produção de conhecimento para a interpretação da realidade e a qualitativa na educação, o trabalho científico como expressão da produção de conhecimentos em educação, as modalidades de pesquisa mais apropriadas para a pesquisa qualitativa, as técnicas e os instrumentos da pesquisa qualitativa em educação; precisamos pensar também sobre as necessidades do planejamento da pesquisa.

Chegou, portanto, o momento de nos debruçarmos sobre as etapas da pesquisa e suas contribuições para os estudos da metodologia da pesquisa em educação, para construirmos, pessoal e concretamente, nosso próprio processo de pesquisa. Vejamos, então, primeiramente, o *processo de pesquisa* para, a seguir, buscarmos orientações sobre a apresentação dos trabalhos acadêmico-científicos.

2. O PROCESSO DE PESQUISA

Inicialmente, podemos afirmar que o *processo de pesquisa*, embora único e original, tem, de modo geral, algumas grandes etapas: compreensão mais aprofundada do tema, por meio dos autores e obras que tratam do mesmo tema ou de temas próximos ao escolhido para a pesquisa; conhecimento da realidade a ser interpretada pela busca de dados sobre os fenômenos investigados; sistematização e organização dos dados sobre os fenômenos investigados como forma de facilitar as análises pretendidas; discussão e interpretação dos dados sobre os fenômenos à luz do conhecimento produzido e das novas descobertas; e, por último, registro de todo processo de produção dos novos conhecimentos. Analisemos, então, mais detalhadamente, cada uma dessas etapas:

a) Revisão Bibliográfica ou

compreensão mais aprofundada do tema através dos autores e obras que tratam do mesmo tema ou temas próximos ao escolhido para a pesquisa

Trata-se de uma etapa inicial e de certa forma permanente no trabalho científico, segue a escolha do tema, a formulação do problema, dos objetivos e das hipóteses do estudo. É claro que, para estas definições, é preciso que o pesquisador empreenda estudos, a partir de algumas leituras iniciais. Contudo, estas ainda não se caracterizam como *Revisão Bibliográfica* da pesquisa que deve ser mais extensa e rigorosa do que os estudos empreendidos no processo de elaboração do Projeto.

Revisão Bibliográfica é, portanto, um aprofundamento do estudo sobre o assunto e, em particular, sobre o tema. Trata-se de buscar nos autores e obras, que tratam do mesmo tema ou de temas próximos ao estudado, suas contribuições no sentido de proporcionar ao pesquisador oportunidades de empreender de forma mais sistematizada suas reflexões sobre o tema em estudo. Essa etapa da pesquisa também é conhecida como o levantamento do “estado da

arte” (TRALDI; DIAS, 2004), ou seja, o que, como, por quem e onde os temas em questão foram ou estão sendo estudados.

No entanto, é preciso tomar cuidado para que a *Revisão Bibliográfica* não se torne uma “colcha de retalhos” sobre os estudos revisados pelo pesquisador, pois ela tem também o objetivo de articular os estudos revisados com o estudo proposto, com o problema de pesquisa. É importante que o pesquisador busque, nessa etapa do trabalho, as diferentes posições teóricas conceituais relacionadas ao seu estudo para que, após análise e interpretação, possa assumir conceitos próprios, construindo toda a fundamentação teórica necessária ao processo de produção de conhecimentos.

Do ponto de vista prático, podemos dizer que a *Revisão Bibliográfica* se realiza por uma espécie de “pesquisa bibliográfica”, embora esteja presente em todas as modalidades de pesquisa. Há muitas formas de identificar os autores e obras que podem contribuir em nossos estudos, o importante é compreender que esta etapa da pesquisa se realiza pela construção de uma *bibliografia básica* sobre o tema para posterior leitura, análise e interpretação. As bibliotecas são os espaços tradicionais para levantamento da bibliografia básica para o trabalho de *Revisão*. No entanto, com a internet, temos, hoje, acesso a um amplo e disponível acervo para esta tarefa, o que não significa dispensar as bibliotecas. As melhores universidades do país já oferecem acesso livre, pela internet, aos seus acervos de livros, monografias, dissertações, teses, periódicos etc. Em qualquer *site* de busca, podemos encontrar os endereços eletrônicos dessas universidades e acessar seus acervos bibliográficos (nem sempre os textos na íntegra, mas informações sobre o que foi publicado sobre os temas). Os sites de livrarias, tanto as tradicionais, quanto as virtuais, também são fonte de acesso às informações sobre o que temos disponível no mercado editorial sobre os temas que nos interessam. Além disso, temos alguns importantes bancos de dados que disponibilizam informações ou até textos na íntegra sobre o que já foi publicado sobre os temas em estudo.

Identificada uma bibliografia básica e resolvido o problema de acesso às obras mais importantes para nossos estudos (embora os altos preços de livros e outras publicações especializadas no Brasil sejam obstáculos para o acesso a eles, investir, mesmo que timidamente, na compra de livros e periódicos é uma atitude importante para a formação do pesquisador iniciante), inicia-se a etapa da leitura, análise e interpretação de textos.

— *Importante:* —

Nunca se esqueça de fazer uma ficha bibliográfica de TUDO aquilo que você lê, pois se não tiver a referência completa do texto lido é como se o não tivesse lido, pois de nada servirá para seu trabalho de pesquisa. A ficha deve, necessariamente, conter: sobrenome e nome do(s) autor(es) e tradutor (se for o caso), título e subtítulo da obra,



local de publicação, editora, número da edição, ano da publicação e número de páginas. Essas informações são mais facilmente encontradas nas *fichas catalográficas* das obras que estão, em geral, no verso da contracapa.

Para o maior aproveitamento do estudo na etapa da Revisão Bibliográfica, veja as diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos como técnica para a Pesquisa Bibliográfica:

b) Coleta de dados ou conhecimento da realidade a ser interpretada através da busca de dados sobre os fenômenos investigados

A *Coleta de Dados* é a etapa empírica da pesquisa qualitativa. Por outro lado, é a etapa que, mesmo para o senso comum, caracteriza mais fortemente um trabalho de pesquisa científica. A pesquisa quantitativa, por exemplo, lança mão de sofisticados instrumentos estatísticos para definir a amostragem, o universo a ser pesquisado, de tal forma que a etapa de *Coleta de Dados* possa transcorrer da forma mais eficiente possível e garantir a todo o processo legitimidade, consistência e validade. Lembremos que a pesquisa quantitativa é essencialmente descritiva. Na pesquisa qualitativa, temos a interpretação como sua mais clara expressão, mas isso não quer dizer que a coleta de dados não seja importante, ao contrário, ela merece atenção especial, pois assegura a descrição dos elementos que serão analisados e interpretados. Então, para que essas interpretações possam revelar novos conhecimentos sobre os fenômenos estudados, no nosso caso, o fenômeno educativo, é importante que o pesquisador exercite sua capacidade de flexibilizar o Projeto de Pesquisa, tomando decisões sobre as necessidades de modificar, mudar e alterar o desenho da investigação tornando a *Coleta de Dados* mais produtiva (GÓMEZ; FLORES; JIMENEZ, 1999).

Obviamente cada modalidade de pesquisa (bibliográfica, de campo, documental ou pesquisa-ação, entre outras) exige um conjunto de técnicas e instrumentos de pesquisa (leitura sistematizada, observações, entrevistas, questionários, planejamento participativo etc.) para a *Coleta de Dados* que se adapte melhor à fonte dos dados: autores e obras, a realidade social, os documentos, os sujeitos participantes, entre outros.

A *Coleta de Dados* está presente em todas as modalidades de pesquisa, porém em “campos” diferentes. Levando em conta a necessidade de adaptar a metodologia definida para *Coleta de Dados* no Projeto à realidade que se apresenta ao pesquisador, sua primeira providência para entrar no “campo” (seja ele um “campo” bibliográfico, a realidade social, um campo documental, participativo ou de qualquer outra natureza) é investir na aproximação com os “sujeitos” do campo selecionado para estudo. Nas pesquisas de campo e na pesquisa-ação, por exemplo, o pesquisador buscará compreender o significado e as expectativas dos participantes com relação ao estudo, tentando lidar com elas a ponto de responder aos

participantes suas demandas de informação sobre o estudo. Esse cuidado facilita a comunicação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, permitindo que as informações buscadas fluam de forma mais produtiva para ambos.

Na “entrada no campo”, que caracteriza a etapa do processo de investigação, o pesquisador deve ter, segundo Cruz-Neto (2002, p.54-56), alguns cuidados com: a “aproximação” com os sujeitos, a apresentação da “proposta de estudo” a esses sujeitos, a “postura em relação à problemática a ser estudada” e o “cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada”. A coleta de dados pode ser a etapa mais interessante do processo de investigação científica, se preparada e acompanhada dos cuidados necessários para o enfrentamento das relações interpessoais que se dão entre os envolvidos, pois, assim, os dados emergem com mais facilidade.

Além disso, é importante que, a todo momento, o pesquisador empreenda análises preliminares aos dados coletados, a partir dos marcos conceituais do estudo, para “apurar” a *Coleta de Dados*, potencializar o registro dos que realmente interessam ao estudo e secundarizar as informações desnecessárias. Isso não significa que o pesquisador deva interferir neste processo a ponto de influenciar o registro das leituras, os fenômenos observados, as respostas dos entrevistados ou qualquer outro conjunto de dados coletados pelas técnicas e instrumentos de pesquisa, mas sim que desenvolva competência no manejo das técnicas, pois esta é de fundamental importância nessa etapa. O registro dos dados é tão importante, quanto a forma de identificá-los. Isso significa que o pesquisador precisa organizar suas leituras ou suas observações, cuidar da abordagem dada às questões colocadas aos entrevistados, seja na forma oral ou escrita, ter claro que está buscando dados sobre a realidade com o cuidado de não induzir as suas próprias observações ou as respostas dos sujeitos às indagações da pesquisa.

Para que esta etapa possa cumprir seu papel no processo de investigação é preciso pensar na possibilidade de utilizar, em um processo de pesquisa, variadas técnicas e instrumentos como forma de enriquecer a coleta de dados.

**c) A organização dos dados ou
sistematização e organização dos dados sobre os fenômenos investigados como forma de facilitar as análises pretendidas**

A sistematização e *Organização dos Dados* coletados, por meio das técnicas e instrumentos de pesquisa, têm como principal objetivo criar condições para as análises que serão empreendidas (etapa mais elaborada e sofisticada do processo de investigação). A orientação metodológica mais comum para a *Organização dos Dados* ou resultados na pesquisa qualitativa é a de organizá-los em categorias de análise.

Gomes (1992) nos ensina que categorizar resultados significa agrupar os elementos comuns, as ideias ou expressões “em torno de um conceito capaz de abranger tudo” (p.70).

Partindo das categorias mais amplas para a investigação em curso, definidas nas etapas anteriores, as categorias que emergem da coleta de dados são mais específicas e concretas. Trata-se de uma classificação dos dados para facilitar as análises.

Operacionalmente, este trabalho é relativamente simples, consiste em leitura exaustiva dos dados para identificar e organizar as categorias de análise. Tomemos como exemplo uma pesquisa sobre alfabetização na educação infantil, sobre a necessidade – real ou imaginária – de alfabetização de crianças pequenas. Digamos que os dados coletados junto aos pais e professores dessas crianças nos trazem informações sobre dois grandes e diferentes aspectos: a expectativa dos pais acerca da necessidade de alfabetizar seus filhos na etapa da educação infantil e a concepção restrita de alfabetização dos professores entrevistados. Podemos dizer, então, que os resultados da pesquisa se organizam em duas grandes categorias e serão, a partir delas, analisados e interpretados.

Faz-se necessário esclarecer que o número de categorias de análise que exige o trabalho de *Organização dos Dados* é muito variado e depende unicamente da riqueza dos dados coletados. No entanto, é preciso prevenir o pesquisador iniciante para que não caia na armadilha de definir poucas ou, por outro lado, muitas categorias, pois tanto em uma, quanto em outra situação as análises podem ser muito dificultadas. O mais importante, então, é “ouvir” o que os dados nos dizem a respeito de sua categorização. Para tanto, é preciso empreender esforços, a fim de perceber como os dados “querem” ser organizados. Isto é, precisamos classificá-los para melhor compreendê-los, mas não podemos criar categorias artificiais para organizá-los, antes necessitamos de categorias que tenham origem nas características e na natureza dos dados.

A apresentação dos resultados organizados em categorias na redação final do estudo vem, na pesquisa qualitativa, em geral, em forma de texto, tabelas ou gráficos apresentados nos capítulos do estudo e precede a discussão, a interpretação ou análise. É comum também, na pesquisa qualitativa em educação, a ilustração dos dados com imagens, fotos ou qualquer outro tipo de recurso que dê ao leitor, da melhor forma possível, as informações sobre o fenômeno estudado.

d) Análise dos Dados ou

discussão e interpretação dos dados sobre os fenômenos à luz do conhecimento produzido e das novas descobertas

Discutir, analisar e interpretar os dados coletados, organizados em categorias, é, sem dúvida, a etapa mais importante do processo de pesquisa. Para tanto, precisamos usar as contribuições dos diferentes autores que escreveram sobre os mesmos temas ou temas próximos. Nessa etapa, o pesquisador faz um esforço de estudo para que suas interpretações, que virão a seguir, tenham algum significado acadêmico. É preciso buscar compreender os resultados obtidos no processo de coleta de dados, depois organizados em categorias, com o

apoio dos autores, de suas interpretações sobre os assuntos relacionados às categorias. Assim, para cada conjunto de dados apresentados, faz-se necessário refletir sobre o que disseram os autores, visando *analisar os dados*. Se apresentarmos resultados sobre, por exemplo, a alfabetização na educação infantil, é preciso refletir sobre eles com a ajuda dos autores que escreveram sobre alfabetização e alfabetização na educação infantil.

Proposta Dialética para a Análise dos Dados

Na obra de Minayo (1992), há uma proposta de interpretação qualitativa de dados que consideramos bastante adequada e, por isso, passamos a apresentá-la a seguir.

A autora citada denomina sua proposta de *método hermenêutico-dialético*. Nesse método, a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, o interior da fala. E, como ponto de chegada, *o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala*.

Podemos destacar dois pressupostos desse método de análise. O primeiro diz respeito à ideia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento. Já o segundo se refere ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. A autora também entende que os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre em uma aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a dado algum de pesquisa.

O *primeiro nível de interpretação* que deve ser feito, segundo a proposta em questão, é o das determinações fundamentais. Esse nível, entre outros aspectos, diz respeito à: conjuntura sócio-econômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado; história desse grupo e política que se relaciona a esse grupo. Essas determinações (contexto sócio-histórico) já devem ser definidas na fase exploratória da pesquisa. As categorias gerais, comentadas no item 2, são formuladas a partir dessas definições.

O *segundo nível de interpretação* baseia-se no encontro que realizamos com os fatos surgidos na investigação. Esse nível é, ao mesmo tempo, ponto de partida e ponto de chegada da análise. As comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais são aspectos a serem considerados nesse nível de interpretação.

A autora, ainda, apresenta os seguintes passos para a operacionalização de sua proposta:



a) *Ordenação dos dados*: fazemos um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, no qual estão envolvidas, por exemplo, transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação participante.

b) *Classificação dos Dados*: nessa fase é importante termos em mente que o dado não existe por si só. Ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre os fenômenos levantados, com base em uma fundamentação teórica. Por meio de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante (“estruturas relevantes dos atores sociais”). Com base no que é relevante nos textos, nós elaboramos as categorias específicas. Nesse sentido, determinamos o conjunto ou os conjuntos das informações presentes na comunicação. A orientação fornecida no item 2 (“Trabalhando com Categorias”) pode ser seguida neste momento.

c) *Análise final*: procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Após a apresentação dessa proposta de análise com base em Minayo (1992), reforçamos, a título de conclusão, a ideia de que o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado *de forma provisória e aproximativa*. Esse posicionamento por nós partilhado se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 77-79.

É importante que o pesquisador iniciante fique atento à ordem de apresentação dos resultados (dados) e das discussões (análise) na redação final do trabalho: primeiro, a apresentação dos dados e, depois, a discussão. É comum que eles se percam, começando, em geral, pela apresentação das ideias dos autores lidos. Vale atentar para o fato de que, primeiro, deve aparecer a “fala” dos dados, depois, a “fala” dos autores com os quais o pesquisador vai dialogar, discutir, para, então, construir uma interpretação própria, estudada, dos resultados obtidos. É preciso lembrar que esse é de pesquisa, então, primeiro, é preciso apresentar o que foi “descoberto” sobre a realidade (dados ou resultados), para depois, interpretar (análise, discussão) o que foi “descoberto”, o que os dados revelaram. Ocorre que não se pode empreender essa interpretação isoladamente, pois muitos outros autores já estudaram assuntos próximos aos encontrados nos resultados obtidos. Isso significa que é preciso interpretar

os resultados a partir dos conhecimentos que já foram por outros produzidos. É essa busca de ajuda que caracteriza o esforço do pesquisador, ele precisa estudar os dados antes de apresentar sua própria interpretação. Este “estudar” é que vai dar legitimidade acadêmico-científica ao trabalho de pesquisa.

e) Redação Final ou
registro de todo processo de produção dos novos conhecimentos

A última etapa do processo de pesquisa para um trabalho científico é a *Redação Final* do artigo, monografia, dissertação, tese ou qualquer outro formato de comunicação científica. A redação deve obedecer a muitos critérios, mas, principalmente: usar linguagem clara, precisa, simples, mas acadêmica, sóbria (não se aceita linguagem coloquial em trabalhos científicos, como também não é preciso, nem desejável, forçar o uso de uma linguagem sofisticada), ter estrutura lógica, correção ortográfica e gramatical. É importante também que a escrita trate adequadamente a linguagem técnica e o vocabulário da área de estudo: usá-los de tal forma que, embora especializados, os termos possam ser compreendidos por leitores nem tão especializados.

A *Redação Final* e definitiva do trabalho científico é a expressão escrita da lógica do pensamento construída durante todo processo de pesquisa, trata-se de uma redação que vai organizar articuladamente as ideias do autor, as contribuições dos autores e obras estudadas e os resultados obtidos na coleta de dados. Esse trabalho final exige que as etapas anteriores tenham sido trabalhadas com disciplina e organização, tendo o pesquisador um conjunto de anotações sistematizadas e organizadas que lhe permita dar corpo, estrutura orgânica, a esse conjunto de informações. Se forem tomados os cuidados anteriores e o pesquisador demonstrar-se disciplinado o suficiente para organizar um vasto conjunto de anotações, a etapa da *Redação Final* será bastante simples e prazerosa. Trata-se, agora, tão somente de comunicar as ideias produzidas em todo o processo.

Severino (1985) recomenda uma redação de rascunho do trabalho final que, depois de lido e corrigido várias vezes (em sua dimensão lógica e redacional), toma sua forma definitiva. Luckesi *et al.* (1985) recomendam a elaboração prévia de um plano de escrita na *Redação Final* do estudo. Esse plano tem como objetivo dar uma estrutura, ainda que provisória, ao texto, servindo como guia de redação que deve, o tempo todo, buscar as anotações compreendidas durante o processo como conteúdo da escrita. É importante orientar, ainda, aos pesquisadores iniciantes, que a leitura do texto final na tela do computador não é suficiente para sua correção. A experiência tem mostrado que o encadeamento lógico de um texto mais elaborado como o texto científico só aparece na leitura do trabalho impresso.

Dessa forma, teríamos três fases na *Redação Final* do trabalho científico: plano, versão provisória e versão final. A redação definitiva do trabalho consiste no Relatório Final que deve ter três grandes partes: *introdução, corpo do trabalho e conclusão.*

A Construção do Parágrafo

De um ponto de vista da redação do texto, é importante ressaltar a questão da construção do parágrafo. O parágrafo é uma parte do texto que tem por finalidade expressar as etapas do raciocínio. Por isso, a sequência dos parágrafos, o seu tamanho e a sua complexidade dependem da própria natureza do raciocínio desenvolvido. Duas tendências são incorretas: ou o excesso de parágrafos — praticamente cada frase é tida como um novo parágrafo — ou a ausência de parágrafos. Como a paragrafação representa, ao nível do texto, as articulações do raciocínio, percebe-se então a insegurança de quem assim escreve. Neste caso, é como se as ideias e as proposições a elas correspondentes tivessem as mesmas funções, a mesma relevância no desenvolvimento do discurso e como se este não tivesse articulações.

A mudança de parágrafo toda vez que se avança na sequência do raciocínio marca o fim de uma etapa e o começo de outra.

A estrutura do parágrafo reproduz a estrutura do próprio trabalho; constitui-se de uma introdução, de um corpo e de uma conclusão.

Na *introdução*, anuncia-se o que se pretende dizer; no *corpo*, desenvolve-se a ideia anunciada; na *conclusão*, resume-se ou sintetiza-se o que se conseguiu.

Dependendo da natureza do texto e do raciocínio que lhe é subjacente, o parágrafo representa a exposição de um raciocínio comum, ou seja, comporta premissas e conclusão.

Portanto, a articulação de um texto em parágrafos está intimamente vinculada à estrutura lógica do raciocínio desenvolvido. É por isso mesmo que, na maioria das vezes, esses parágrafos são iniciados com conjunções que indicam as várias formas de se passar de uma etapa lógica à outra.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985, p. 84.

3. NORMAS PARA REDAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

A metodologia de pesquisa pode ser considerada como um instrumento para o pesquisador. Na origem do termo, temos metodologia como o estudo dos caminhos, dos instrumentos (DEMO, 1992) para a produção de conhecimentos científicos, para a construção e desenvolvimento da Ciência. A pesquisa qualitativa e as metodologias que são propostas para seu desenvolvimento marcam posição clara sobre a interpretação da realidade como fi-

nalidade primordial do processo investigativo. Isso significa que, para a pesquisa qualitativa não basta coletar dados e descrever a realidade investigada, mas é preciso discuti-la, analisá-la e interpretá-la. Por essas razões, tem sido comum entre pesquisadores mais imaturos a veiculação da ideia de que na pesquisa qualitativa não é preciso ter o rigor metodológico exigido por outros tipos de pesquisa no mundo acadêmico e científico. Essa ideia carece de precisão: se por um lado é verdade que o modelo rígido da pesquisa nas áreas mais “duras” do conhecimento não é adequado ao estudo dos fenômenos humanos e sociais que se adapta melhor à pesquisa qualitativa, também é incorreto o conceito de que ela sofra de falta de rigor metodológico.

Muito se tem publicado em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil, sobre metodologia da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, temos um conjunto competente e suficiente de orientações metodológicas para a pesquisa em educação que, por seu caráter instrumental, nos permite avançar na produção de conhecimentos sobre os processos educativos humanos. Educar os sujeitos sociais é tarefa tão complexa que exige um intenso investimento na pesquisa em educação.

Com essas preocupações, avancemos em nossos estudos acerca da metodologia de pesquisa com o objetivo de nos instrumentalizar para esta prática, que tem como objetivo último nossa formação como educadores comprometidos com a qualidade da educação. Tratemos, agora, de um dos aspectos mais técnicos do processo de pesquisa: *as normas para apresentação de trabalhos científicos*.

É importante que identifiquemos o sentido do conhecimento de normas. Normas são, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986, p. 1198), “aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de alguma coisa” (...) “princípio, preceito, regra, lei” (...), “modelo padrão”. Pensemos, nessa perspectiva, na importância das normas para a apresentação dos trabalhos científicos. A necessidade de estabelecer, como base da apresentação dos trabalhos científicos, um padrão que pudesse ser compreendido pelo conjunto dos participantes da comunidade científica, foi percebida assim que o conhecimento científico se desenvolveu no início da idade moderna.

A consolidação do método como instrumento do fazer científico foi uma conquista para seu desenvolvimento, embora, hoje, seja discutido, reavaliado e reformulado. As normas surgiram, então, para que as descobertas científicas pudessem ser conhecidas, comunicadas, criticadas e avaliadas por cientistas de diferentes partes do mundo. Nesse sentido, mesmo correndo o risco de criar mecanismos controladores da criatividade na produção de conhecimentos, as normas de apresentação de trabalhos científicos têm a função de facilitar a comunicação dos resultados dos estudos investigativos, oferecendo-os de forma mais acessível e democrática à crítica dos nossos pares, condição primordial para o avanço da Ciência.

a) Apresentação geral dos trabalhos científicos

As normas para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo a monografia, dizem respeito a diferentes aspectos. Cada instituição de ensino ou pesquisa determina normas específicas para os trabalhos produzidos pelos seus membros, que são adaptações das normas mais gerais, encontradas na literatura especializada. Algumas delas são definidas, no Brasil, pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a partir de adaptações, no caso dos trabalhos científicos, de normas acordadas internacionalmente. Outras, são de uso tão comum e constante na comunidade científica que, pela tradição, se tornaram normas. Por essa razão, é importante e imprescindível que o pesquisador iniciante informe-se a respeito das normas de sua instituição para dar forma final ao seu trabalho. Vamos tomar contato com uma síntese das normas encontradas na literatura especializada (SEVERINO, 1985; LUCKESI, 1985; INÁCIO-FILHO, 1995; CHIZZOTTI, 1998; SALOMON, 2004; TRALDI; DIAS, 2004).

ATENÇÃO: Procurem se informar, em sua instituição, a respeito das normas determinadas por ela para a apresentação de trabalhos científicos. Geralmente, obtemos essas informações com o pessoal da biblioteca ou no próprio site da instituição.

Quanto à apresentação mais geral, introdutória, do trabalho científico, temos a capa (com informações gerais como instituição de origem, título do trabalho, nome do autor, local e ano), página de rosto (que deve repetir todas essas informações acrescidas de informações sobre a natureza do trabalho), sumário (com índice detalhado de itens e subitens), lista de tabelas e figuras (se for o caso). O núcleo, ou estrutura do trabalho, em geral, é organizado como Introdução, Desenvolvimento, Conclusão. As partes complementares e adicionais são os Apêndices ou Anexos, Bibliografia ou Referências Bibliográficas e Capa Final.

Cuidar bem da apresentação do trabalho é uma atitude acadêmico-científica desejada. Temos convivido, hoje, nos cursos de graduação e de pós-graduação, com um número nada desprezível de trabalhos científicos mal apresentados, mal cuidados. É sempre preciso reler, muitas vezes, o trabalho para correções de conteúdo, escrita etc. A apresentação geral também é muito importante, por isso deve-se cuidar com rigorosa lógica dos itens, subitens etc. Por exemplo, se houver número nos itens ou letras, atente para uma rigorosa ordem sequencial, se a fala dos entrevistados for transcrita, optem pela letra em itálico.

Além disso, há outros cuidados que precisam ser tomados na apresentação do trabalho. Para a elaboração de trabalhos de iniciação científica, algumas dessas orientações são muito valiosas. Faz-se necessário lembrar, o tempo todo, que o principal objetivo da monografia é de iniciação à pesquisa, portanto, a estruturação da pesquisa e sua apresentação metodológica são importantes. Quanto à escrita do texto, o pesquisador iniciante precisa entender que

deve apresentar todas as ideias “com suas próprias palavras”, mesmo quando se refere aos conceitos (é mais amplo do que conceito, trata-se de todas as idéias) de um ou outro autor. Nesse caso, é preciso usar corretamente o recurso da “referência” e da “citação”, que detalharemos mais abaixo neste texto.

O mais comum é o pesquisador escrever as partes do texto separadamente, depois juntá-las: Introdução, Desenvolvimento, Conclusão. No entanto, é importante que, na apresentação final do trabalho, estas partes estejam completamente articuladas. Para tanto, é preciso, durante as várias revisões, estabelecer “pontes” entre as grandes partes e as subpartes do estudo, assim como empreender uma atenta leitura de “limpeza” do texto, eliminando repetições desnecessárias de ideias (contudo, algumas vezes, a repetição é proposital, como um recurso de destaque).

Um outro cuidado importante para o pesquisador é o detalhamento das informações. Os trabalhos científicos produzidos nos cursos de graduação e de pós-graduação no ensino superior têm, em geral, um orientador e, muitas vezes, o pesquisador-aluno-orientando tende a escrever para o orientador ou para a “banca examinadora”. Essa armadilha deve ser evitada, pois, em geral, esta apresentação escrita leva o autor do trabalho a não detalhar as informações por imaginar que os leitores têm conhecimento do assunto estudado ou do processo de produção do texto em questão. Um bom exercício consiste em lembrar sempre para quem se escreve: para um “leitor desconhecido”, isso auxilia a detalhar todas as descrições e análises.

As afirmações categóricas no trabalho de iniciação científica devem ser evitadas. Há uma tendência entre pesquisadores iniciantes em escrever “principalmente”, “essencialmente”, “em primeiro lugar”, “o mais importante”, e outras afirmações desta natureza, sem ter feito um estudo mais aprofundado sobre o tema. O mais indicado, nesses casos, é usar expressões menos comprometedoras como “um dos pontos mais importantes”, “um dos principais aspectos” etc.

As normas mais comuns para a apresentação dos trabalhos científicos, ressaltando-se a necessidade de consultar as normas da instituição onde eles são produzidos, são: letra 12; espaço 1,5 (nas citações com mais de três linhas: letra 10, espaço simples e formatação recuada); impressão em papel branco (algumas instituições aceitam os trabalhos em papel reciclado), tamanho A4 (210x297mm); de um lado só da folha (mais recentemente, algumas instituições aceitam impressão dupla face); margem: superior de 3,0 cm, e inferior de 2,0 cm; esquerda de 3,0 cm e direita de 2,0 cm. As páginas devem ser numeradas a partir da Introdução, no alto da página, preferencialmente à direita (pode-se suprimir o número da primeira página de cada parte; introdução, capítulos etc., mantendo a numeração). Há necessidade de marcar o início do parágrafo com um pequeno recuo.

Sempre que for iniciar um item (Introdução, Metodologia, Capítulo I, Capítulo II etc.) usar uma nova página, mesmo que o texto anterior tenha ocupado apenas algumas linhas. Não é preciso fazer isso nos subitens. Os títulos desses grandes itens devem ser escritos em letra maiúscula e com algum tipo de destaque, preferencialmente negrito.

b) Citações indiretas

Em várias etapas do processo de pesquisa e em sua apresentação escrita, os autores e obras lidos têm lugar de destaque. Eles representam o esforço do pesquisador no aprofundamento dos estudos necessários à produção do conhecimento. Se considerarmos que a pesquisa qualitativa dá uma abordagem interpretativa aos fenômenos estudados, superando a abordagem descritiva mais comum entre as pesquisas quantitativas e experimentais, essa etapa torna-se ainda mais importante. Em busca da relevância científica dos conhecimentos produzidos sob essa abordagem, é importante reconhecer que a interpretação só tem validade quando apoiada em variados estudos que se aproximam do tema em questão. Dessa forma, a referência aos autores é uma prática muito presente no processo de pesquisa, necessitando, portanto, de normatização.

Fazer referência a um autor no texto, na forma de *citação indireta*, significa apresentar as ideias desse autor segundo a interpretação do pesquisador. É necessário e imprescindível que se faça SEMPRE referência ao autor lido quando usar suas ideias no texto, sob o risco do trabalho ser considerado plágio. No texto, entramos apenas com o último sobrenome do autor e o ano de publicação da obra e nas Referências, com as informações completas. Há algumas formas mais adequadas de apresentar, no momento da escrita, a referência aos autores lidos no texto. Por regra, a leitura precisa ser o mais fluente possível, então, podemos usar: Santos (1997) ou (SANTOS, 1997), dependendo da redação que dermos a essa referência.

Exemplo do Uso de Referência em Textos Científicos

Desde então, as funções da educação infantil no Brasil estão colocadas em discussão. A década de oitenta foi especialmente produtiva a esse respeito, estudos como os de Ferrari e Gaspary (1980); Kramer (1982a, 1982b, 1988a, 1988b); Campos (1985, 1986, 1988); Ferrari (1982); Rosemberg (1984, 1986) Poppovic (1984); Abramovay e Kramer (1985); Patto (1988, 1991), entre outros, fomentaram a discussão acerca das funções da educação pré-escolar. Entre as funções da educação infantil, priorizou-se a necessidade de garantir atendimento de caráter educacional para as crianças na rede pública. No entanto, naquele momento as discussões destacaram as propostas peda-

gógicas para a educação infantil. Mais recentemente, a partir da década de noventa, as discussões sobre a garantia do atendimento com caráter educacional avançaram além das propostas pedagógicas. Assim, hoje se entende que uma política de educação infantil tem que garantir o *educar* e o *cuidar*, ou seja, para superar a dicotomia entre creche e pré-escola, é preciso garantir o atendimento integral e integrado, o que significa não abrir mão do cuidado. O atendimento em educação infantil, das crianças de 0 a 6 anos, deve ser de educação e assistência.

Retirado de: TOZONI-REIS, M. F. C. **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

c) Citações diretas

Também conhecidas como Citação Direta (em contraponto à referência por citação indireta apresentada acima), as *Citações Diretas* são recursos usados nos trabalhos científicos para apresentar as ideias de um autor exatamente como ele as escreveu. Trata-se de uma transcrição literal de uma ou mais ideias do autor como encontramos no texto lido, conservando-se a grafia, a pontuação e o idioma em que foi escrito (observação: pode-se traduzir a citação em nota de rodapé ou colocá-la já traduzida no texto, informando o tradutor no final da citação, se o tradutor for o próprio pesquisador, acrescentar ao final da citação a expressão “tradução livre”). As citações são, em geral, transcritas em um texto destacado do restante, formatado em letra menor (em geral, letra 10), com espaço simples e recuo direito e esquerdo de 4cm. Quando a citação ocupar menos que três linhas, a norma é mantê-la no corpo do texto, sem destaque, colocando-a entre aspas. Exige-se também das citações, diferentemente das referências, que elas venham acompanhadas do número da página onde se encontram no original.

Embora seja importante para fomentar o necessário diálogo entre o pesquisador e outros pesquisadores de assuntos e temas correlatos, o recurso da citação deve ser usado somente quando for MUITO pertinente à discussão empreendida no texto. É comum que pesquisadores iniciantes se “encantem” com um trecho de um texto lido, pelo estilo do autor, pela imagem que ele constrói ou até pelo impacto afetivo-emocional que ele causa e “forçar” sua citação no texto. Além disso, é recomendado que, em trabalhos científicos, as citações só apareçam se forem analisadas pelo pesquisador. Alguns orientadores chegam a exigir um número específico de parágrafos de comentários e análises para cada citação usada como recurso de interpretação de um tema. Não é preciso atender a este rigor, mas é importante que a citação tenha sentido no texto e na discussão, portanto, deve ser comentada e analisada.

É preciso lembrar ainda que tudo o que o pesquisador lê no processo de pesquisa deve ser anotado e fichado com a referência completa do autor. Se o pesquisador tem anotações de ideias de um texto sem a referência completa, é o mesmo que não ter essas anotações, pois elas não podem ser usadas.

Exemplo de Citações em Trabalhos Científicos

A apropriação crítica de conhecimentos sobre o ambiente só se realiza se partirmos de uma concepção ampliada de ambiente, uma concepção complexa que considere seu caráter social, histórico e dinâmico, que supere a concepção biológica e o entenda como síntese de múltiplas determinações. Neste sentido, Leff (2001) afirma que “o ambiente não é pois o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também novos potenciais produtivos” (p. 224). A argumentação desse autor vai no sentido de colocar o ambiente como tema fundante do processo de construção do saber ambiental, não um tema a ser “dissecado” nesse processo, mas um tema a ser problematizado, gerando ações de produção de conhecimento voltados, radicalmente, para a construção de uma nova racionalidade, que pode ser entendida como uma nova ciência, uma racionalidade social ancorada nos princípios de sustentabilidade, justiça e democracia e, completa:

Esta forma de conhecimento está de acordo com um processo de apropriação subjetiva e coletiva, capaz de induzir um processo participativo de tomada de decisões, onde a população deixe de ser controlada (alienada, manipulada) pelos mecanismos cegos do mercado e por leis científicas governadas por processos automáticos, acima de sua consciência e seu entendimento. A racionalidade ambiental orienta a reconstrução de conhecimentos, saberes e práticas, a partir da crítica da racionalidade formal e instrumental da civilização moderna (LEFF, 2001, p. 233-234).

Essas ideias constroem uma proposta de educação ambiental para a sustentabilidade, capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, que se pautem pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação. Isso significa superar a ideia, muito presente nas propostas de educação ambiental, de que a educação ambiental tem como objetivo a “mudança de comportamento” dos sujeitos em busca de comportamentos considerados ambientalmente corretos, configurando-se, como nos ensina Brügger (1994) num *adestramento ambiental*. Neste sentido, temos também que buscar a superação do caráter moralista e moralizante que temos observado em algumas ações educativas ambientais (LOUREIRO, 2004) para a construção da educação ambiental crítica e emancipatória.

Retirado de: TOZONI-REIS, M. F. C. A construção coletiva do conhecimento e a pesquisa-ação-participativa: compromissos e desafios. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 3, 2005, Ribeirão Preto-SP. **Anais eletrônicos**. CD-ROM.

d) Referências

A bibliografia selecionada para o trabalho, cujas informações completas devem ser cuidadosamente anotadas nas fichas de leitura, será apresentada ao leitor como forma de oferecer-lhe oportunidades de continuidade e aprofundamento dos estudos. Destacamos, agora, as normas de apresentação dos autores e obras citados a que se fez referência no decorrer do texto. É importante alertar os pesquisadores iniciantes para o fato de que essas normas mudam de tempos em tempos (em intervalos não regulares, mas também não muito curtos) e que sua atualização depende do próprio pesquisador que pode buscar esta atualização tanto na literatura especializada, quanto nos serviços de biblioteca das instituições de ensino e pesquisa. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) também disponibiliza normas atualizadas – NBR 6023 - para bibliografia em trabalhos científicos em seu site, mas não é um serviço gratuito.

Atualmente, as orientações mais gerais são:

1. listar autores, a partir do último sobrenome, em ordem alfabética;
2. usar apenas o último sobrenome inteiro, em letra maiúscula, para os outros nomes usar apenas a inicial (a ABNT aceita também o uso desses outros nomes grafados por inteiro, mas a UNESP normatizou grafar apenas as iniciais);
3. escolher entre sublinhar, *itálico* ou **negrito** para destaque, mas usar em toda **Referência** aquele escolhido.

Observação: as informações completas sobre autores e obras estão, quase sempre, na “ficha catalográfica” na contracapa dos livros e outros trabalhos acadêmicos-científicos;

Como apresentar as referências bibliográficas:

1. LIVROS (manuais, folhetos e enciclopédias):

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

1.1 com até três autores, mencionar todos eles:

PARRA-FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

1.2 com mais de três autores, indicar o primeiro seguido de et al.:

MENESES, J. G. C. et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

1.3 com subtítulos (há negrito apenas no título):

AZENHA, M. G. **Construtivismo**: de Piaget a Emília Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

1.4 livros sem data de publicação:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, s/d.

1.5 com vários autores organizados por um ou mais autores (coletâneas):

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

1.6 de coleções:

PIAGET, J. A **epistemologia genética**. Trad. Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir, Célia E.A. Di Piero. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

1.7 o autor é uma instituição:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (no lugar do autor, o restante, seguir as mesmas normas)

1.8 capítulos ou partes de livros:

1.8.1 do mesmo autor:

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: _____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1994, p. 11-22.

1.8.2 de autor diferente do autor do livro:

VALE, J. M. Educação científica e sociedade. In: NARDI, R. (Org.). **Questões atuais no ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 1-8.

2. ARTIGOS EM PERIÓDICOS (revistas, cadernos ou outro tipo de periódico):

ARROYO, M. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho? **Teoria & Educação**, n. 1, p. 31-45, 1990.

3. MONOGRAFIAS, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS, DISSERTAÇÕES E TESES

DINIZ, R. E. S. **As concepções dos professores e a proposta curricular para o ensino de ciências e programas de saúde: possibilidades de inovação**. 1998. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

4. ARTIGOS E TEXTOS

4.1 artigos publicados em Anais de congressos (conferências publicadas, resumos etc.):

PIRES, M. F. C. Condicionantes históricos da vida das crianças no trabalho: elementos para a compreensão da inserção de classe das crianças da escola e da pré-escola públicas no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 17., 1994, Caxambu-MG. **Anais ... Caxambu**, 1994.

4.2 artigos (ensaios e outros textos) publicados em revistas e periódicos:

PIRES, M. F. C.; TOZONI-REIS, J.R. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v.3, n.4, p.29-39, 1999.

4.3 artigos de jornal: O FUTURO sombrio da Internet. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2000. Caderno Mais! p 4-9.

DINIZ, M. Piora a poluição de ozônio em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de abril de 2001. Folha Campinas, Caderno C, p.6.

4.4 texto de autoria coletiva, produzido em um evento científico, por exemplo:

REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu-MG. **Carta...** Caxambu, 2005.

5. DOCUMENTOS OFICIAIS:

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do meio ambiente. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais**. São Paulo, 1994.

6. LEIS, DECRETOS, PORTARIAS ETC.:

BRASIL. Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

7. DOCUMENTOS VEICULADOS POR MEIO ELETRÔNICO (documentos de curta duração não são recomendados para trabalhos acadêmico-científicos):

7.1 artigos em periódicos disponíveis *on-line*:

ROMANO, R. A crise dos paradigmas e a emergência da reflexão ética hoje. **Educação e Sociedade**, v.19, n.65, p.65-100, 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2000.

7.2 monografias, dissertações e teses disponíveis *on-line*:

CAMPOS, M. F. C. **Educação Ambiental e paradigmas de interpretação da realidade**: tendências reveladas. 2000. 357fs. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 20 out. 2003.

7.3 disquetes e CD-ROM (considerados iguais, geralmente contêm os anais dos eventos com todos os textos apresentados, não se trata de disquetes os CDs individuais):

TOZONI-REIS, A. F. C.; TOZONI-REIS, J. R. Conhecer, transformar e educar: fundamentos psicossociais para a pesquisa-ação-participativa em educação ambiental. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2004. 1 CD-ROM.

REFERÊNCIAS



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ-NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.

INÁCIO-FILHO, A. **Monografia na Universidade**. Campinas: Papyrus, 1995.

LUCKESI, C. C. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985.

TRALDI, M. C.; DIAS, R. **Monografia passo a passo**. Campinas: Alínea, 2004.

* Texto produzido pela reunião de escritos extraídos de outros textos da autora para o Curso de Pedagogia da UNESP-UNIVESP.